

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026

(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer informações à Ministra de Estado da Cultura, Sra. Margareth Menezes, sobre os gastos totais de desenvolvimento e manutenção da plataforma Tela Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra de Estado da Cultura, Sra. Margareth Menezes, o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos sobre os gastos totais de desenvolvimento e manutenção da plataforma Tela Brasil, sobre os critérios e custos de licenciamento do acervo audiovisual, e sobre os termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Requer-se que as respostas sejam apresentadas item a item, acompanhadas dos documentos comprobatórios em formato pesquisável, com referência a número de processo SEI, data, unidade responsável e controle de versão. Na inexistência de documentos, requer-se manifestação expressa quanto à ausência do registro e a respectiva justificativa administrativa.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Cultura reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

- 1) Qual o custo total do projeto Tela Brasil desde o início de seu planejamento até o lançamento em 30 de maio de 2026? O valor de R\$ 9 milhões informado pelo Ministério da Cultura¹ refere-se exclusivamente ao desenvolvimento tecnológico ou abrange também o licenciamento de conteúdo, a curadoria do acervo, as ferramentas de acessibilidade, a infraestrutura de hospedagem e

1 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2026-05/tela-brasil-streaming-publico-estreia-com-mais-de-550-obras>, acessado em 01/06/2026.



outros custos? Encaminhar planilha detalhada com a discriminação de todas as despesas.

- 2) Quais são os custos anuais previstos para a operação e manutenção da plataforma Tela Brasil após o seu lançamento, abrangendo: (a) hospedagem e infraestrutura tecnológica (Serpro); (b) atualização e manutenção do software; (c) ampliação do acervo e novos licenciamentos; (d) ferramentas de acessibilidade; e (e) equipe dedicada à gestão da plataforma? Encaminhar a previsão orçamentária plurianual, se disponível.
- 3) Quais fontes orçamentárias foram utilizadas para financiar o desenvolvimento da Tela Brasil (ação orçamentária, programa, unidade orçamentária e fonte de recursos)? Encaminhar os empenhos, liquidações e pagamentos correspondentes registrados no SIAFI.
- 4) Houve transferência de recursos do Ministério da Cultura para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), para a Cinemateca Brasileira, para o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), para a Funarte ou para a Fundação Cultural Palmares com a finalidade de viabilizar o licenciamento ou a digitalização de obras para a Tela Brasil? Em caso positivo, detalhar os valores, os instrumentos jurídicos utilizados e os produtos entregues.
- 5) Qual o custo médio por obra licenciada para integrar o catálogo inaugural de 555 títulos da Tela Brasil? Existe previsão de expansão do catálogo? Qual o orçamento destinado ao licenciamento de novas obras nos próximos dois anos?
- 6) Quais foram os critérios técnicos e editoriais utilizados para a seleção das 555 obras do catálogo inaugural da Tela Brasil? Houve comitê de curadoria? Em caso positivo, informar sua composição, os critérios de seleção de seus membros e encaminhar as atas das reuniões realizadas.
- 7) Encaminhar cópia integral do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Ministério da Cultura e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) durante o lançamento da Tela Brasil, incluindo objeto, obrigações das partes, cronograma, metas, indicadores de desempenho e eventuais cláusulas de repasse financeiro.



- 8) O Acordo de Cooperação Técnica com a EBC prevê transferência de recursos financeiros do Ministério da Cultura para a EBC ou para a TV Brasil? Em caso positivo, informar os valores, as fontes orçamentárias e os produtos esperados.
- 9) Quais são os critérios de seleção dos mais de 150 títulos da TV Brasil que serão progressivamente incorporados ao catálogo da Tela Brasil? Há previsão de digitalização de obras ainda não disponíveis em formato digital? Qual o custo estimado dessa digitalização?
- 10) O Ministério da Cultura realizou avaliação de risco eleitoral antes de definir a data de lançamento da Tela Brasil para 30 de maio de 2026, em pleno ano eleitoral e às vésperas do período de campanha? Em caso positivo, encaminhar os documentos correspondentes.
- 11) O lançamento da Tela Brasil foi objeto de campanha publicitária custeada com recursos públicos? Em caso positivo, informar os valores investidos, as agências contratadas, os veículos utilizados e as peças produzidas.
- 12) Encaminhar todos os documentos, atas de reunião, estudos técnicos, notas informativas, pareceres jurídicos, contratos, convênios, notas de empenho, ordens de pagamento e comunicações internas relacionados ao desenvolvimento, ao lançamento e à operação da plataforma Tela Brasil.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal lançou em 30 de maio de 2026 a plataforma Tela Brasil, serviço público gratuito de streaming de conteúdo audiovisual brasileiro. A iniciativa reúne 555 obras produzidas entre 1910 e 2025, incluindo 19 títulos que representaram o Brasil na disputa pelo Oscar, e conta com acervo oriundo do Fundo Setorial do Audiovisual, da Cinemateca Brasileira, do Centro Técnico Audiovisual, da Funarte e da Fundação Cultural Palmares. O acesso é realizado por meio de login na conta Gov.br.

Segundo informações divulgadas pelo próprio Ministério da Cultura, o projeto consumiu cerca de R\$ 9 milhões entre 2024 e 2025. O desenvolvimento tecnológico foi realizado pelo Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Alagoas (NEES/UFAL), com a participação de cerca de 80 profissionais, enquanto a infraestrutura de hospedagem ficou a cargo do Serpro. No dia do lançamento, o MinC e a



EBC assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para integrar progressivamente mais de 150 títulos da TV Brasil à plataforma, somando cerca de 3.000 horas de conteúdo.

O valor de R\$ 9 milhões informado pelo governo carece de transparência quanto à sua composição. Não está claro se ele abrange apenas o desenvolvimento tecnológico ou também os custos de licenciamento das obras, a digitalização de títulos do acervo público, as ferramentas de acessibilidade, a hospedagem de dados e outras despesas operacionais. A ausência dessas informações dificulta a comparação com plataformas similares e a aferição do custo-benefício da decisão.

Há também questões relevantes sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a EBC. A EBC é uma empresa pública que opera sob restrições orçamentárias conhecidas. A assunção de novos compromissos operacionais sem o devido respaldo financeiro pode comprometer suas atividades regulares de radiodifusão pública. O Parlamento tem o dever de verificar os termos do acordo e avaliar se as obrigações nele previstas são sustentáveis.

Por fim, o lançamento da plataforma com ampla cobertura midiática e expressiva presença política em pleno ano eleitoral de 2026 reforça a necessidade de escrutínio rigoroso sobre todos os aspectos do projeto, incluindo eventuais custos de divulgação publicitária e a relação entre o cronograma de lançamento e o calendário eleitoral.

Na qualidade de parlamentar, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo nos termos do art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos e a avaliação da regularidade e eficiência do gasto público envolvido.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputada Federal ADRIANA VENTURA
NOVO/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento de Informação

Deputado(s)

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Luiz Lima (NOVO/RJ)

Apresentação: 03/06/2026 16:04:06.343 - Mesa

RIC n.1690/2026



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268778974800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura e outros